

ORDENS MILITARES DE CAVALARIA DE PORTUGAL (*).

Falar nas Ordens Militares de Cavalaria de Portugal, é ter presente a própria história da fundação da monarquia e de recuperação territorial e também dos descobrimentos de novos mundos para a civilização. Aos seus cavaleiros couberam no cenário das lutas sangrentas e constantes da dinastia afonsina, os grandes postos da vanguarda.

Em Portugal, foram na sua origem instituídas e admitidas Ordens Militares de Cavalaria para defesa de seus habitantes e para ajudarem a libertar do poder dos mouros as terras que estes tinham usurpado, lutando tanto por mar como por terra, segundo se lê nas Bulas Papais de sua instituição. Algumas dessas Ordens de Cavalaria, formadas de guerreiros-monges e que representavam na época a mais brilhante escola de guerra, o mais sólido poder militar do país, foram extintas, outras vieram até nossos dias, embora com seus regulamentos modificados.

Assim, na Idade Média Portuguesa entraram em Portugal ou foram criadas, as seguintes Ordens:

Ordem Militar e Canônica do Santo Sepúlcro. Quando o conde d. Henrique de Borgonha e d. Teresa, sua mulher, vieram tomar posse do seu condado, foi no castelo de Guimarães que estabeleceram sua residência e sua côrte. Nesse castelo nasceu também d. Afonso Henriques, aquêle que a formidáveis golpes de montante nos sangrentos e ruidosos campos de batalha, fundaria a monarquia e seria o primeiro rei de Portugal. Por falecimento do marido, ficou governando o condado de Portugal d. Teresa e, é então que o seu ânimo esforçado e varonil se manifesta de um modo brilhantíssimo, especialmente na luta que sustentou para assegurar a independência de Portugal. Em 1123, instituiu d. Teresa a **Ordem Militar e Canônica do Santo Sepúlcro**, estabelecendo-se seus cavaleiros em Vila Nova de Penalva que passou a se chamar então Vila Nova do Sepulcro, à margem esquerda do rio Om, hoje Dão. Com a

(*) . — Conferência realizada na Casa de Portugal em 24-XI-1961 (Nota da Redação).

expulsão de d. Teresa do condado em 1128, foi esta Ordem extinta.

E' preciso não confundir esta Ordem de duração efêmera, com as demais do mesmo nome, ou sejam: **Ordem dos Cônegos do Santo Sepulcro**, instituída em 1099 em Jerusalém, por Godofredo de Bouillon e extinta pelo Papa Inocêncio III, em fins do século XV; **Ordem Equestre do Santo Sepulcro**, fundada em 1496 pelo Papa Alexandre VI, para premiar as pessoas nobres e ricas que em peregrinação fôssem à Palestina; por Bula do Papa Pio IV, dada em 1561, foi esta Ordem transferida para o patriarca de Jerusalém com autorização para conceder a insígnia, até que, por um Breve de 3 de maio de 1907, Pio X assumia o grão-mestrado da **Ordem Eqüestre do Santo Sepulcro**, ficando o guardião da Terra Santa como seu lugartenente; finalmente, a **Ordem do Santo Sepulcro**, criada por Henrique II, da Inglaterra, em 1174 e aprovada pelo Papa Inocêncio III, em 1119, dissolvida por ocasião do cisma anglicano, quando os seus membros ingressaram como Cavaleiros da **Ordem de Malta**.

*

Ordem Militar dos Hospitaleiros de São João de Jerusalém. Esta Ordem, também fundada em Jerusalém, é hoje mais conhecida por **Ordem de Malta**, sendo os seus estatutos segundo uns, confirmados em 1118, pelo Papa Gelásio II, segundo outros em 1120, por Calixto II. Tinha por finalidade não só agasalhar os peregrinos cristãos que iam visitar os Santos Lugares, como cuidar da saúde dos doentes num hospital que haviam construído, transformando-se mais tarde numa Ordem de Cavalaria que pelejaria pela Fé. O nome de **Cavaleiros de São João**, veio-lhe de uma igreja com a invocação de São João Batista que os **Hospitaleiros** tinham edificado com o dinheiro das esmolas que de tôda a Europa afluíram a Jerusalém, depois de conquistada esta cidade pelos Cruzados. Depois da perda da Terra Santa em 1291, refugiaram-se os **Cavaleiros de São João de Jerusalém** na ilha de Chipre, onde permaneceram até o ano de 1310, quando tomaram a ilha de Rodas, nela se conservando até 1522 e desde então passaram a ser denominados **Cavaleiros de Rodas**. Em 1530, chegaram à ilha de Malta que o imperador Carlos V lhes deu para nela se estabelecerem, com o fôro de um falcão cada ano aos reis de Espanha, a quem reconheceram como seus protetores e desde então foram chamados **Cavaleiros de Malta**, se bem que sua verdadeira denominação seja a de **Cavaleiros de São João de Jerusalém**.

D. Afonso Henriques, tomando o govêrno do condado com apenas 17 anos de idade, duas coisas tinha a fazer para fundar os alicerces da nacionalidade portugueza: tornar seus domínios independentes do reino de Leão e ampliar o território por successivas conquistas aos mouros. O jovem conde admitiu esta Ordem em Portugal, honrando-a com vários privilégios e doações de terras pelos relevantes serviços que prestara na dilatação das fronteiras portuguezas. Pouco a pouco a Ordem foi aumentando no reino e os Cavaleiros que agora tinham govêrno próprio e por mestre a d. Alvaro Gonçalves Pereira, passaram a ser conhecidos por **Priores do Hospital**, nome que conservaram até 1340 e dessa data em diante passaram a ser **Cavaleiros da Ordem dos Priores do Crato**, título que lhes veio por terem como sede a vila do Crato, no Conselho de Portalegre, de acôrdo com o foral passado no reinado de D. Sancho II, em 1232. Foi extinta com D. Miguel I, seu último grão-mestre.

Eram do grão-priorado do Crato, as vilas de Gafete, Toluza, Amieira e Gavião, aquém Tejo e Bolver, Envendos, Carvoeira, Proença, Cardigos, Certã, Oleiros e Pedrogão-Pequena, na Beira-Baixa, ao todo doze vilas, além de muitas freguesias.

Teve a **Ordem dos Priores do Crato** em Portugal, dezoito grão-priores.

*

Ordem do Templo ou dos Cavaleiros Templários. Fundada também em Jerusalém ao tempo das Cruzadas, no ano de 1118; entrou em Portugal em 1125, tendo como mestre a d. Gualdim Paes. Esta foi a Ordem que se transformaria mais tarde na famosa **Ordem de Nosso Senhor Senhor Cristo**.

*

A **Ordem Militar de Avis**, fundada no reino de Castela por d. Sancho III, no ano de 1158, foi introduzida em Portugal por D. Afonso Henriques, a 13 de agosto de 1162, tendo como sede do mestrado a cidade de Coimbra, quando se denominou **Ordem Nova**. Transferida para Évora, passou a ser chamada **Milícia de Évora da Ordem de Calatrava**, da qual se originara, pela Bula do Papa Inocência III, datada de 16 de junho de 1211. No reinado de D. Afonso II e com aprovação do Pontífice, instalava-se em 1214 em Avis, onde seus freires construíram um forte castelo, aí residindo durante alguns séculos. Desde essa época, passou a ser conhecida por **Ordem**

Militar de São Bento de Avís. Esta Ordem está indissolúvelmente ligada à epopéia da formação da nacionalidade e fixação do território de Portugal.

No reinado de d. João I, por Bula do Papa Inocêncio IV, separou-se do mestrado de Castela. Conservada pelo governo português como Ordem estritamente militar.

*

A **Ordem de São Tiago** foi instituída no reino de Castela em 1170; a pedido do rei d. Denis, o Papa Nicolau IV, em 1288, permitia fôsse ela desmembrada de Castela e considerada como Ordem portuguesa, sendo eleito seu primeiro mestre, d. João Fernandes.

Esta separação do mestrado de Castela, era uma necessidade pelas graves conseqüências como se pode supor. Em primeiro lugar, nas guerras contra Castela, estava o rei de Portugal sempre em risco de ver os cavaleiros seus súditos, alistarem-se nas fileiras inimigas e, o que era pior, entregarem aos castelhanos os castelos que os monarcas portugueses davam à Ordem, como sucedeu no tempo de d. Afonso III, quando este rei doara aos cavaleiros de **São Tiago** duas vilas conquistadas aos mouros no Algarve — Aimonte e Alfajar de Pena → e o mestre entregou-as à Afonso, o Sábio, em troca de outras vilas castelhanas; dessa maneira, Portugal perdia o que fôra ganho à custa do sangue português.

A Bula do Papa Nicolau IV, entretanto, obrigava os cavaleiros portugueses da **Ordem de São Tiago** a prestarem obediência ao mestrado de Castela, embora tivessem permissão de eleger um mestre nacional. Castela resistiu a esta separação, chegando a obter uma Bula do Papa Bonifácio VIII, que ordenava aos cavaleiros portugueses, sob pena de excomunhão, voltarem ao antigo estado; obedeceram estes, mas apenas Bonifácio VIII morreu, os portugueses elegeram de novo um mestre português. Durante o pontificado de Clemente V, o negócico dos **Templários** ocupava exclusivamente o seu espírito, responsável que fôra pelo desaparecimento dessa famosa Ordem, mas quando João XXII subiu ao sólio, renovaram os castelhanos o seu pedido contra os portugueses como já o tinham feito ao tempo de Bonifácio VIII, sendo atendidos; aí então, interveio d. Denis, convencendo o Papa da necessidade da separação. E essa longa contenda terminava em 1320, quando a Bula expedida por João XXII separou definitivamente os cavaleiros portugueses dos espanhóis, sendo eleito mestre em Portugal, Pedro Escacho.

Foi conservada pelo atual govêrno português, para premiar o mérito científico e cultural.

*

Ordem de Cristo. A Ordem do Templo ou dos **Cavaleiros Templários**, tinha terminado sua missão com a perda definitiva de Jerusalém. Expulsos da Palestina, os **Templários**, ricos e opulentos, espalharam-se pela Europa, tendo como sede a capital da França. Filipe-o-Belo, então reinante, alma enérgica, porém devorada por insaciável ambição, com o tesouro real esgotado com as despesas que teve de sustentar com as guerras contra os reinos de Aragão e a Inglaterra, sabendo das riquezas acumuladas pelos **Templários**, arma um pretexto para se apoderar dessa imensa fortuna, acusando seus cavaleiros de impiedade e dos mais abomináveis vícios.

Clemente V, o anti-papa, cuja eleição fôra devida a influência que Filipe exercera no conclave em 1309, transfere a Santa Sé para Avinhão e, instalado em França, não teve dúvidas em atender a Filipe e por Bula de 2 de maio de 1312, extinguiu em todos os países a **Ordem dos Templários**, apesar de nada se ter provado dos crimes a êles imputados, ordenando ainda que os seus bens fôsem entregues à **Ordem dos Cavaleiros Hospitais de São João de Jerusalém**.

D. Denis, a cuja nobreza de caráter as injustiças repugnavam, mas filhos obediente da Igreja, não se furtara ao inquérito mandado instaurar sôbre os costumes dos cavaleiros do **Templo** em Portugal e os resultados foram honrosíssimos para a milícia religiosa portuguesa, não se provando heresias, nem relaxamentos de costumes que constavam do libelo intentado em França. O monarca estava agradecido à Ordem, pois sabia do muito que seus cavaleiros da ala portuguesa tinham feito na conquista do território da Pátria. Não duvidou em responder ao Papa com uma negativa formal quando se tratou da entrega dos bens dos **Templários** à **Ordem dos Hospitais**. E a Santa Sé, diante dos argumentos apresentados, não ousou solicitá-los, surtindo assim benéficos efeitos a diplomacia arguta do rei português. João XXII, sucessor de Clemente V, ainda pretendeu dispor de alguns bens da Ordem em Portugal, também não o conseguindo.

No desêjo, porém, de dar uma solução a êste caso que se arrastava há longos anos, propôs d. Denis ao Papa João XXII, a criação de uma nova Ordem genuinamente portuguesa em substituição a dos **Templários** desaparecida e que fôsse capaz de abrigar em suas fileiras os antigos cavaleiros dessa Ordem.

O chefe da Cristandade rejubila-se com a sugestão aprsentada e a 14 de março de 1319, por Bula dada em Avinhão — **Ad ea exquibus cultus Augeator Divinus**, etc. — proclama a instituição da **Ordem Militar de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo**.

D. Denis, chegada a Bula Papal, satisfeitíssimo com a conciliação, a 5 de maio de 1319, na presença de tôda a côrte, celebrava a criação da nova milícia portugûesa. Todos os antigos **Templários** de Portugal ingressaram na nova Ordem, recebendo o monarca o juramento de d. Gil Martins, até então mestre da **Ordem Militar de Avís** e agora primeiro mestre da nova Ordem que a prudência, a razão e o bom-senso de d. Denis tinha criado.

Mudavam os **Templários portugûeses** de nome e nada mais e durante séculos ainda, o seu prestígio e suas glórias encheriam de orgulho a Raça Portugûesa.

Desta forma, d. Denis fizera quanto pudera para que durante o seu reinado tivessem maior lustre do que nunca, as Ordens Militares de Cavalaria. E isto era tanto mais notável, quando Portugal tinha chegado aos seus limites definitivos, tinha findado a época das guerras santas, duplamente santas pelo seu caráter religioso e patriótico, sem que pudesse prever, entretanto, que o espírito aventureiro dos seus descendentes levarí aos portugûeses com a cruz alçada e o gládio em punho, desde as praias africanas de Ceuta, até aos confins do mais remoto Oriente. D. Denis, com sua alma de poeta, prestava homenagem ao passado glorioso dêsses heróis das batalhas da Fé e, o seu espírito justiceiro, recompensava nos cavaleiros **Templários** e nos filhos de **São Tiago**, o épico valor com que outrora, derrubando a meia lua muçulmana nos castelos do Algarve, tinham firmado e robustecido a existência independente de Portugal.

*

A **Ordem da Tôrre e Espada**. Mais tarde, já no reinado de d. Afonso V, foi criada esta Ordem de Cavalaria, aprovada pelo Papa Calixto III. Proclamando em 1457 o Pontífice uma Cruzada contra os turcos, mandou o rei preparar uma grande armada para auxiliar na emprêsa, mas tendo falecido o Chefe da Cristandade, o interêsse dos príncipes cristãos arrefeceu e essa expedição deixou de se realizar. D. Afonso V entretanto, desejando aproveitar os preparativos feitos, resolveu empregá-los contra os mouros da costa da África e nessa

ocasião instituiu esta notável Ordem Militar de Cavalaria, por Carta Régia de 1459.

O nome de **Tôrre e Espada** fazia alusão a uma tôrre que havia na cidade de Fez e cujo remate terminava com uma espada que os mouros afiançavam que no dia em que fôsse dali tirada, a cidade cairia em poder dos cristãos.

Quando de sua criação, constava esta Ordem de 26 Cavaleiros, número que correspondia a idade do soberano.

*

No reinado de d. João I, houve uma cavalaria que não chegou a ser pròpriamente uma Ordem de Cavalaria dessas vindas da Idade Média; entretanto, tornou-se famosa pela sua lealdade à Pátria e ao rei. Foi a romântica **Ala dos Namorados**, composta de jovens fidalgos, noivos e namorados.

Tinham como distintivo uma bandeira verde, por ser esta a cor do mar, grande acalentador de sonhos que para a gente moça figura esperança de amores sonados; no campo da bandeira, uma imagem da Virgem da Conceição; na orla, uma cercadura de flôres de madressilva que queria dizer: **Constância para sempre** e como legenda na bandeira: **Por nossa terra e por nossas damas**. Como grito de guerra: **Por São Jorge e Portugal**.

E' muito antiga em tôda a Igreja, a devoção a São Jorge. Particularmente na Rússia, na Itália, na Inglaterra e Portugal, donde veio para o Brasil e seu culto reveste-se de particular intensidade. Desde o século VIII; foi São Jorge proclamado padroeiro da Inglaterra. No século XIV, o rei d. João I, fundador da dinastia de Avís, o aclamou patrono de Portugal em substituição a Santiago, padroeiro de Castela. E tal era a devoção do monarca pelo santo guerreiro, que a imagem de São Jorge passou a figurar na procissão de "Corpus Christi", onde saiu pela primeira vez em 1383, dois anos antes da batalha de Aljubarrota.

Foi neste local que a 14 de agôsto de 1385, na batalha travada entre os exércitos de D. João I, de Castela e D. João I, de Portugal, cinco vêzes menor do que o castelhano, se firmou definitivamente a independência de Portugal. Os **Namorados**, formando a ala esquerda portuguesa, praticaram prodígios de valor que a História até hoje registra. Quase tôda ficou no campo de batalha que o seu heroísmo immortalizou.

*

Alguns autores referem-se ainda a organizações militares de cavalaria que teriam existido em Portugal no comêço da monarquia, de iniciativa nacional, embora nada se possa afirmar por falta de documentação comprobatória. São as seguintes:

A Ordem de São Tiago do Pereiro teria sido fundada em 1115, ao tempo de d. Afonso Henriques, por um ermitão português chamado Amando, que vivia em uma pequena ermida junto às ribeiras do rio Coa e da Vila do Pereiro, no termo de Pinhel. Teriam sido seus primeiros mestres, d. Gomes Fernando Barrentes e seu irmão d. Soeiro, sendo sua instituição aprovada pelo Papa Alexandre III, em 1777.

Querem alguns que no ano de 1221, tenha esta Ordem passado à Espanha, quando se transformou na Ordem espanhola de **Alcântara**.

*

A Ordem da Ala ou da **Asa de São Miguel** teria também sua origem no tempo de d. Afonso Henriques, instituída que fôra no ano de 1167, por ocasião da vitória que o rei milagrosamente alcançara contra os mouros, com o auxílio de um braço armado e alado que o céu lhe enviara, tendo êle invocado o favor dos santos anjos, especialmente o de São Miguel; depois da vitória, teria o rei ido a Alcobaca fundando esta Ordem que, por falta de rendimentos logo se extinguiu.

*

Com d. João I também teria existido a **Ordem da Madresilva**, fundada por um grupo de moços fidalgos que com a devida autorização do rei, tomaram por distintivo essa flor.

*

No reinado de D. Sebastião teria existido a **Ordem da Flecha** ou da **Frecha**, criada em 1576, em comemoração do santo de seu nome e de sua devoção, denominado no calendário romano de “Defensor da Igreja Romana”, martirizado no ano 228 pelos guardas do imperador Maximiano.

*

Parece realmente serem Ordens fantasiosas, das muitas lendas que se criaram quando iam acesas as grandes lutas entre portugueses e mouros, quando o território da nacionalidade portuguesa era disputado palmo a palmo em furiosas batalhas.

Fantasiadas, porque não se apóiam em documentação alguma, mas que não deixam de enriquecer as inúmeras histórias que por aí se contam dessa fabulosa cavalaria medieval.

*

* * *

BANDEIRAS — MANTOS — CRUZES DAS ORDENS DE CAVALARIA.

Ficaram célebres as bandeiras de devoção, as auriflamas, os gonfalões e os guiões medievais. E' que, sob o aspecto militar, refletiam as Ordens Militares de Cavalaria fielmente o feudalismo por serem constituídas de corpos guerreiros independentes uns dos outros, cujos diversos elementos se agrupavam em tórno de suzeranos ou senhores a que se achavam ligados pelos seus deveres feudais e daí essa variedade de insígnias com côres diferentes que distinguiam os cavaleiros e indicavam os lugares de onde provinham. A bandeira dos franceses era vermelha; branca a dos inglêses; verde a dos flamengos; prêta a dos alemães e amarela a dos italianos. No furor das pelejas, viam-se de um lado os balsões ocidentais com as cruzes das diversas ordens religiosas e os pendões dos cavaleiros de diversos países e do lado oposto, em meio a uma floresta fantástica de lanças, os estandartes sarracenos a tremular com os crescentes terríveis do Islão.

Era uma necessidade essa sinalização militar nascida dos primeiros choques entre grandes massas de homens cobertos de ferro; os cavaleiros tornados irreconhecíveis sob o elmo e as pesadas armaduras, tiveram que adotar êsses distintivos, os quais pintados também nos escudos e nas próprias cotas de armas, serviam para os fazer reconhecidos às suas tropas. Êsses emblemas inicialmente pessoais, tornaram-se hereditários na mesma família durante as várias Cruzadas, por terem os filhos feito ponto de honra em conservar e transmitir aos seus descendentes as insígnias que os pais tinham ilustrado na Terra Santa. Foi a codificação destas primeiras armas e côres, que deu nascimento à ciência e à arte heráldica.

A bandeira da **Ordem dos Templários** era negra e branca em partes iguais; a cor branca significando devoção aos amigos de Cristo e a negra veemência na luta contra os infiéis. Como divisa inscrita em sua bandeira: **Non nobis domini sed somini tuo da gloriam**. E a mesma cruz vermelha dupla como a patriarcal atravessando os dois campos da bandeira..

A **Ordem de São Tiago** dispunha de bandeiras e estandartes com usos diversos. A principal delas foi benta pessoalmente pelo Papa Alexandre III, compunha-se, a destinada ao mestre quando capitão da hoste, de uma cruz branca em campo vermelho carregada de cinco vieiras do mesmo, perfiladas de ouro. Junto do rei, fazia o mestre diferente bandeira: cruz vermelho em campo branco e vieiras do mesmo. Com estas côres podia também trazê-la o comendador-mor quando junto do monarca, mas “como bandeira punhal”, isto é, o guião. Quando com o mestre, o comendador-mor não trazia bandeira, mas um estandarte com a mesma cruz e cor.

O branco e o vermelho eram as côres distintas da **Ordem de São Tiago**.

A **Ordem de Cristo** tinha uma bandeira branca, tendo ao centro uma cruz vermelha de braços iguais com seus extremos terminando em triângulos.

*

Mantos. Na Idade Média, o manto fazia parte do traje de côrte. Os cavaleiros usavam-no sôbre a armadura, onde se distinguia ao lado esquerdo do manto, as cruces que os fazia diferenciar das diversas Ordens de Cavalaria então existentes. Em geral, êsses mantos compridos e largos, eram brancos.

*

Cruzes. Sendo rei de Portugal, d. Afonso V, solicitou êste monarca ao Papa Inocência IV, a transmutação do capelo de cor prêta, forma do hábito dos cavaleiros da **Ordem de Avis**, em uma cruz verde e, em virtude de um Breve expedido em 1352 do Pontífice, passaram os cavaleiros desta Ordem a ter como distintivo uma cruz verde com as pontas terminando em flor de lis.

Os cavaleiros da **Ordem de São Tiago** tiveram inicialmente uma cruz simples com os remates flordelizados. Depois, provavelmente, quando adotaram o patrocínio do apóstolo, começaram a usar a cruz em forma de Espada e assim chegou aos nossos dias como a cruz clássica da Ordem.

A cruz, como a da Ordem de Cristo, era vermelha, mas por decreto de 1789 da rainha D. Maria I, passou a ser violeta para evitar confusão.

A cruz da **Ordem dos Templários**, de onde se originou a **Ordem de Cristo**, foi primeiramente de braços iguais, de origem verdadeiramente cristã, usada também pelos romanos e

gregos como símbolo misterioso e encontrada em grande número de objetos. Para outros, foi a cruz pátea ou patada, muito comum na época romântica, de braços iguais terminando suas pontas em triângulo. Jerônimo Roman, no seu trabalho "**Liste et origine de tous les ordres de chevalerie militaire et civile**", editado em Turim em 1876, diz que a cruz era dupla como a patriarcal, como usavam os húngaros em suas armas nacionais. Esta cruz, também chamada russa ou da Lorena, apresenta-se com dois travessões, sendo o superior mais curto do que o inferior, porque, segundo alguns iconólogos, êsses travessões teriam servido para que fôsse pregada na cruz uma larga taboleta com a conhecida inscrição: I N R I, que se traduz por: **Jesus Nazareno Rei dos Judeus**. Esta cruz é encontrada freqüentemente nos monumentos cristãos da Ática, da Moréia e no Monte Atos. Seu desenho generalizou-se no século XII, quando se tornou o símbolo dos cavaleiros da **Ordem do Santo Sepulcro**.

Alexandre Ferreira no seu estudo **Suplemento histórico ou memórias e notícias da célebre Ordem dos Templários**, diz que a cruz era do feitio da usada pela Ordem de Malta, porém, com uma diferença; enquanto esta corta para dentro, tendo suas pontas aguçadas, a dos Templários terminava em semi-círculo.

Todavia, parece que a primitiva cruz da **Ordem dos Templários** foi na realidade a cruz patriarcal, a cruz com os dois travessões, vermelha. Foi ela usada pelos cavaleiros da Ordem até o ano de 1147, quando o Papa Eugênio III, numa viagem feita à Paris, lhes concedeu uma outra: a pátea, no mesmo esmalte que encontramos nos velhos armoriais heráldicos, com ligeiras modificações. Esta a opinião que nos parece acertada e até certo ponto condizente com a maioria dos historiadores especializados em assuntos de Ordens Militares de Cavalaria.

Ao tempo da fundação da **Ordem de Cristo**, o rei d. Denis deu aos seus cavaleiros uma cruz vermelha colocada sôbre o manto branco, a mesma cruz dos Templários, embora modificada. Esta cruz era aberta ou recortada no meio dos braços, de maneira que, o espaço aberto sôbre o manto, fazia com que se formasse um nôvo desenho da cruz. Os braços desta eram retos e iguais e terminavam seus extremos em triângulo.

No reinado de Filipe III, quando da dominação espanhola em Portugal, o tipo da cruz sofreu sensível modificação. Dêste mestrado em diante passou a ter a forma da verdadeira cruz

em que Cristo foi crucificado, isto é, o seu braço inferior foi prolongado no sentido do pé, desenho êsse que prevalece até hoje.

A rainha d. Maria I, muito devota do Sagrado Coração de Jesus, por carta de lei de 9 de junho de 1789, ordenava que à cruz da Ordem fôsse acrescida de um coração na sua parte superior e desde então, encontram-se cruzes dêsse tempo dos mais variados tipos e desenhos, cruzes que se apresentam dentro de um escudo elítico circundado por pérolas e também de palmas ou ramagens, algumas vêzes encimadas por um laço e noutras pelo Sagrado Coração de Jesus. Muitas destas cruzes são trabalhadas com pedras preciosas (rubis, brilhantes, granadas e topázios brancos) encastoadas em ouro ou prata, ostentando em geral uma cercadura elítica de pedras brancas encimadas por um laço das mesmas. Essas foram as bellíssimas cruzes da **Ordem de Cristo** usadas pela nobreza da época, verdadeiras peças de joalheria pela riqueza e arte.

No reinado de D. Maria II, começou-se a usar na parte superior das insígnias uma corôa real, modelo êsse que prevaleceu até a proclamação da República em Portugal.

Quanto aos **Hospitaleiros**, tiveram como insígnia uma cruz vermelha idêntica à de Malta, isto é, de braços trapezoidais à altura do ombro esquerdo. Mais tarde esta cruz sofreu uma modificação passando a ser branca de quatro braços iguais, alargando-se do centro para o bordo e formando oito pontas em sinal das bem-aventuranças.

Devemos fazer notar aqui que, hoje, a **Ordem Soberana de Malta** é católica, ao passo que a de **São João de Jerusalém**, é do ramo protestante.

Quanto as outras Ordens aqui mencionadas, não se conhecem cruzes ou quaisquer insígnias que as assinalassem.

*

Tendo sido decretada a 30 de junho de 1832, a extinção dos dízimos, que era o impôsto de dez por cento cobrado sobre os produtos da terra e que formava o rendimento das Comendas das Ordens Militares de Cavalaria, ficaram estas anexadas à Corôa, não passando desde então de mercês puramente honoríficas.

*

Portugal formou-se à sombra da cruz pregada nos mantos das Ordens Militares de Cavalaria, cruz que ficou impres-

sa para sempre como um sêlo ou como um sinete definitivo da civilização portuguesa.

Cruz azul, cruz de Borgonha, na época da fundação, na luta contra os mouros. Cruz azul em fundo branco, no escudo do primeiro rei batalhador d. Afonso Henriques e que, tão cortada foi de golpes de alto a baixo, de golpes de lado, de golpes de tôda a sorte que, aos poucos, sustentada sòmente pelos seus velhos pregos de bronze, se transformou nos cinco pedaços que são as quinas portuguesas.

Cruz verde, cruz de Avís, que tremulou no dia sagrado de Aljubarrota e foi como a tradução simbólica da grande e ilimitada esperança da inclita geração que preparou a época dos descobrimentos.

E por fim, a cruz vermelha aberta em branco da Ordem de Cristo que, sucedendo à Ordem dos Templários, dominou com as suas concepções, com a sua fôrça e com a sua disciplina, a epopéia da descoberta da terra. Cruz que sangrou nos velames das gloriosas caravelas, cruz à sombra da qual nasceu o Brasil.

Esta é a lição da História.

ÁLVARO DA VEIGA COIMBRA

Ex-chefe da Secção de Numismática do Museu Paulista,
da Universidade de São Paulo